



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA ______, 04 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a prioridade de matrícula de crianças e adolescentes com deficiência em creches, em pré-escolas e em instituições de ensino fundamental ou médio públicas ou subsidiadas pelo Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurada a prioridade de matrícula de crianças e adolescentes com deficiência em creches, em pré-escolas e em instituições de ensino fundamental ou médio públicas ou subsidiadas pelo Município.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa com deficiência, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

- Art. 2º A prioridade de que trata o Art.1º será assegurada mediante a realização da matrícula do (a) aluno (a) na série desejada, desde que a escola possua:
 - I- A série desejada pelo aluno;
 - II- O quantitativo de vaga suficiente para a efetivação da matrícula.
- **Art. 3º** Para ter direito à prioridade assegurada nesta lei, o estudante deve apresentar, no ato da matrícula, além de outros documentos exigidos pela escola:
- I Comprovante de Residência no município de Anápolis;



II – Laudo médico que ateste a deficiência do estudante;

Art. 4° Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para sua efetivação.

Art. 5º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por meio das dotações orçamentárias contidas na respectiva Lei Orçamentária Anual, suplementadas se necessário.

Art. 6- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Anápolis, 04 de dezembro de 2023

Vereador - SD

Frederico Godoy

Verenduerico Godoy

JUSTIFICATIVA

É sabido o quanto a educação, com os meios adequados, pode alterar a condição de vida da pessoa com deficiência bem como a urgência em se promover mecanismos de facilitação ao acesso à educação das crianças e adolescentes portadores de deficiências.

A reprodução das crenças e das normas sociais que ignoram as dificuldades adicionais que tais pessoas enfrentam "garantem" a reprodução da triste situação de segregação e perpetuação de práticas discriminatórias.

O não-reconhecimento das dificuldades específicas de crianças e adolescentes com deficiência, que então são postos a disputar, em "pé de igualdade", vagas em creches, pré-escolas e nos ensinos fundamental e médio com crianças e adolescentes sem aquelas dificuldades estampa a negligência do poder público frente à urgência de promover à inclusão mediante políticas de facilitação ao acesso à educação.

Ora, as pretensões civilizatórias do País devem rechaçar esse tipo de "ignorância estratégica", que não pode gerar outro resultado que não a triste e improdutiva manutenção do estado de coisas. Cabe ao poder público o papel de criar mecanismos para efetivar a tão almejada igualdade, possibilitando, àqueles que enfrentam dificuldades e obstáculos desproporcionais, oportunidades de desenvolvimento equivalentes às ofertadas ao restante da população.

É esse o intuito de nossa proposição: romper o círculo vicioso da reprodução das dificuldades e dos impedimentos, uma vez que já dispomos de mecanismos e conhecimento técnico-científico que podem fazer com que aquelas "deficiências" não se transformem em impedimentos e obstáculos, mas, ao contrário, ao serem superadas, gerem cidadãos e cidadãs produtivos e autoconfiantes, sendo a educação, inquestionavelmente, o caminho originário para garantia da dignidade humana dessas crianças e adolescentes.

Assim, diante do exposto, especialmente da importância do presente projeto para a promoção da inclusão das criança e adolescentes com deficiência mediante a prioridade e facilitação ao acesso à educação, peço o apoio dos demais nobres Pares.